ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Anais

X Encontro Anual da FINEDUCA (2022)

Eixo Temático
Políticas de Financiamento da Educação Superior

ISSN: 2595-136X

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

RESUMOS

A disputa pelos fundos públicos federais: implicações na política de assistência aos estudantes das universidades públicas federais

Pedro de Almeida Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

A Expansão Financeirizada do Ensino Privado-Mercantil no Brasil

Leila Maria Costa Sousa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Maria Dayse Henriques de Camargo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Ana Paula Batista da Silva Brito
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

As políticas governamentais a partir do financiamento público para a educação e o reflexo nas universidades públicas

Valéria Gouveia do Carmo Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

As universidades estaduais brasileiras em tempos de crise: desafios de expansão e financiamento

Renata Ramos da Silva Carvalho
Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiânia/GO – Brasil

Disputa pelo Fundo Público: dívida pública e o financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia e no Brasil (2013-2021)

Luiz Fernando Reis
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil

Entre a permanência estudantil e a sobrevivência institucional: um estudo de caso do orçamento da Universidade Federal [omitido] (2014-2021)

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
Cassia Alessandra Domiciano
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
Marcos Ferraz
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

Financeirização do Ensino Superior Privado-Mercantil e as Repercussões da Atuação de Grupos Estrangeiros e da OMC no Brasil
Samantha Castro Vieira de Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Vera Lúcia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Financeirização do Ensino Superior Privado Brasileiro e suas Repercussões na Força de Trabalho Docente em uma IES/Grupo Ser Educacional
Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
Fabiola Bouth Grello Kato
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Financiamento da Educação Superior Brasileira: um estudo de revisão integrativa de literatura
Rosana Nadja Silva Rego Regner
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Salvador/BA – Brasil

Financiamento das Universidades Federais Paraenses no Contexto de Ajuste Fiscal: 2014-2021
André Rodrigues Guimarães
Universidade Federal do Amapá (UFAP), Macapá/AP – Brasil
Adeildo Telles da Silva
Universidade Federal do Amapá (UFAP), Macapá/AP – Brasil

Mapeamento das Instituições de Educação Superior Municipais: classificação e vinculação de recursos nas Leis Orgânicas
Cristina Helena Almeida de Carvalho
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
Ivete Maria Barbosa Madeira Campos
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
Sueli Mamede Lobo Ferreira
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil

O *marketing* sobre o financiamento estudantil como estratégia de lucratividade numa IES privado-mercantil
Maria Caroline Cavalcante dos Santos
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

Um Novo Contexto da Mercantilização da Educação no Brasil
Maria Rosimary Soares dos Santos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil
Roberto Leher
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ – Brasil

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

A disputa pelos fundos públicos federais: implicações na política de assistência aos estudantes das universidades públicas federais

Pedro de Almeida Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil

pacosta@ea.ufrgs.br

Resumo

O presente texto procura apresentar e discutir os efeitos financeiros e políticos da disputa pelos fundos públicos na política de assistência estudantil a estudantes das universidades públicas federais brasileiras, e o consequente enfraquecimento do processo de inclusão social alcançado com as políticas recentes de expansão e de reservas de vagas nesse sistema. Parte-se da ideia de que a política social, em sociedades capitalistas, só pode existir e alcançar seus objetivos a partir do uso de fundos públicos que, por sua vez, são objeto de disputa permanente. O artigo apresenta o levantamento dos valores liquidados para assistência estudantil a estudantes da educação superior em universidades públicas federais (Ação 4002 do orçamento) desde 2003, e o cálculo do valor per capita, considerando-se o público elegível a essa política, que tem ingressado no mesmo período, segundo os censos produzidos pelo INEP. Os dados apontam para um decrescimento desse índice em valores atualizados, tanto com respeito à alocação inicial de recursos na LOA, quanto ao efetivamente liquidado nas universidades. A diminuição desse valor sugere que o alcance das políticas de assistência estudantil enfraquece sensivelmente, o que pode vir a ser mais um fator decisivo para o estudante destinatário dessa política lograr ou não a graduação.

Palavras-chave: **Políticas Sociais. Fundos Públicos. Assistência Estudantil. Acesso e permanência na educação superior.**

The dispute for federal public funds: implications in the assistance policy for students of brazilian federal public universities

Abstract

The present text seeks to present and discuss the financial and political effects of the dispute for public funds in the student assistance policy for students of brazilian federal public universities, and the consequent weakening of the social inclusion process achieved with recent policies of expansion and reservation of vacancies in the system. It starts from the idea that social policy, in capitalist societies, can only exist and achieve its objectives through the use of public funds, which, in turn, are object of permanent dispute. The article presents a survey of the amounts paid for student assistance to higher education students in federal public universities since 2003, and the calculation of the per capita value, considering the public eligible for this policy, which has joined the university in the same period. The data point to a decrease in this value, what suggests that the scope of student assistance policies weakens significantly, which may prove to be another decisive factor for the student receiving this policy to achieve graduation or not, in addition to other variables exacerbated by the COVID-19 pandemic, such as the additional difficulties to study remotely and the economic crisis that hit the most vulnerable families hardest.

Keywords: **Social policies. Public funds. Student assistance. Access and success in higher education.**

La disputa por los fondos públicos federales: implicaciones sobre las políticas de auxilio a los estudiantes de universidades nacionales

Resúmen

El presente texto busca presentar y discutir los efectos financieros y políticos de la disputa por los fondos públicos en la política de asistencia a los estudiantes de las universidades públicas federales brasileñas, y el consiguiente debilitamiento del proceso de inclusión social logrado con las recientes políticas de expansión y reserva de vacantes en este sistema. Parte de la idea de que la política social, en las sociedades capitalistas, sólo pueden existir y alcanzar sus objetivos a través del uso de los fondos públicos, los cuales, a su vez, son objeto de permanente disputa. El artículo presenta un relevamiento de los montos presupuestarios pagados por asistencia estudiantil a estudiantes de educación superior en universidades públicas federales desde 2003, y el cálculo del valor per cápita, considerando el público elegible para esta política, que ha crecido en el mismo período, según el censo elaborado por el INEP. Los datos apuntan a una disminución de este monto en valores actualizados. La disminución de este valor sugiere que el alcance de las políticas de atención al estudiante se debilita significativamente, lo que puede resultar otro factor determinante para que el estudiante que recibe esta política logre o no su graduación, además de otras variables agudizadas por la pandemia del COVID-19. como las dificultades adicionales para estudiar en línea y la crisis económica que golpea con mayor dureza a las familias más vulnerables.

Palabras-clave: **Políticas sociales. Fondos públicos. Auxílios Estudantiles. Aceso y permanência en la educación superior.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

A Expansão Financeirizada do Ensino Privado-Mercantil no Brasil

Leila Maria Costa Sousa
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
leila2867@hotmail.com

Maria Dayse Henriques de Camargo
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
daysecamargo83@gmail.com

Ana Paula Batista da Silva Brito
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil
anapaula.pbs@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a expansão do ensino privado-mercantil da Kroton/Cogna por meio do Ensino a Distância e do programa Kroton Med no âmbito da financeirização do capital. A metodologia consiste em pesquisa documental com base nos relatórios da empresa dos anos de 2011 a 2020. Os resultados apontam que a grande expansão do setor de ensino privado-mercantil tem sido mediada pelo Estado brasileiro por meio de políticas públicas educacionais principalmente para o nível superior de ensino e de Decretos que possibilitam a criação e expansão do EaD. No caso da Kroton Med, evidencia-se as diversas particularidades do curso de medicina, em relação aos demais cursos, quanto ao potencial de lucratividade, haja vista a superioridade da demanda em relação à oferta, altas mensalidades e baixa inadimplência e evasão.

Palavras-chave: **Expansão do ensino privado/mercantil. Financeirização da educação. COGNA Educação S.A.**

The Financial Expansion of Private-Market Education in Brazil

Abstract

This paper aims to discuss the expansion of Kroton/Cogna private-commercial education through Distance Learning and the Kroton Med program in the context of the financialization of capital. The methodology consists of documentary research based on company reports from 2011 to 2020. The results indicate that the great expansion of the private-mercantile education sector has been mediated by the Brazilian State through public educational policies mainly for higher education of teaching and Decrees that enable the creation and expansion of distance education. In the case of Kroton Med, the various particularities of the medical course are evident, in relation to the other courses, in terms of the potential for profitability, given the superiority of demand in relation to supply, high monthly fees and low delinquency and dropout rates.

Keywords: **Expansion of private/commercial education. Financialization of education. COGNA Education S.A.**

La Expansión Financiera de la Educación de Mercado Privado en Brasil

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la expansión de la educación comercial privada de Kroton/Cogna a través del aprendizaje a distancia y el programa Kroton Med en el contexto de la financiarización del capital. La metodología consiste en una investigación documental basada en informes de empresas de 2011 a 2020. Los resultados indican que la gran expansión del sector de la educación privado-mercantil ha sido mediada por el Estado brasileño a través de políticas públicas educativas principalmente para la educación superior de enseñanza y Decretos que habilitan la creación y expansión de la educación a distancia. En el caso de Kroton Med, se evidencian las diversas particularidades de la carrera de medicina, en relación a las demás carreras, en cuanto al potencial de rentabilidad, dada la superioridad de la demanda en relación a la oferta, altas cuotas mensuales y baja morosidad y deserción.

Palabras-clave: **Expansión de la educación privada/comercial. Financiarización de la educación. COGNA Educación S.A.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

As políticas governamentais a partir do financiamento público para a educação e o reflexo nas universidades públicas

Valéria Gouveia do Carmo Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

valleriagouveia@gmail.com

Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia/GO – Brasil

mcristinadm@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo é parte da tese, em construção, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/GOIÁS no Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Estado, Política e Instituições Educacionais que objetiva avaliar as políticas públicas e a sua construção a partir do financiamento público e dos contingenciamentos dos recursos na Universidade Federal de Goiás (UFG), entre os anos de 2009 a 2020. Este texto avalia algumas políticas de acesso à educação superior, financiadas com recursos públicos e o reflexo destas proposições para a universidade pública. A análise desses instrumentos corrobora para avaliar a realidade atual na qual a educação superior encontra-se e como essa realidade deve ser compreendida a partir do estudo de políticas educacionais emanadas do governo federal.

Palavras-chave: **Políticas Públicas; Financiamento e Educação Superior.**

Government politics based on public funding for education and the reflection on public universities

Abstract

This article is part of an under construction thesis by the Pontifical Catholic University of Goiás PUC/GOIÁS from the Education Graduate Program, Research Line: State, Politics and Educational Institutions, which aims to assess public politics and their construction from the public funding and resource contingencies at the Federal University of Goiás (UFG) between the years of 2009 and 2020. This text evaluates some politics of access to higher education, financed with public resources and the reflection of these propositions for the public university. The analysis of these instruments corroborates to assess the current reality in which higher education finds itself and how this reality should be understood from the study of educational politics emanating from the federal government.

Keywords: **Public Policies. Financing and Higher Education.**

Las políticas gubernamentales basadas en la financiación pública de la educación y la reflexión sobre las universidades públicas

Resumen

Este artículo es parte de la tesis, en construcción, de la Pontificia Universidad Católica de Goiás PUC/GOIÁS en el Programa de Posgrado en Educación, Línea de Investigación:

Estado, Política e Instituciones Educativas que tiene como objetivo evaluar las políticas públicas y su construcción a partir del financiamiento público y contingencias de recursos en la Universidad Federal de Goiás (UFG), entre los años 2009 a 2020. Este texto evalúa algunas políticas de acceso a la educación superior, financiadas con recursos públicos y el reflejo de estas propuestas para la universidad pública. El análisis de estos instrumentos corrobora para valorar la realidad actual en la que se encuentra la educación superior y cómo esta realidad debe ser entendida desde el estudio de las políticas educativas emanadas del gobierno federal.

Palabras-clave: **Políticas Públicas. Financiamiento y Educación Superior.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

As universidades estaduais brasileiras em tempos de crise: desafios de expansão e financiamento

Renata Ramos da Silva Carvalho

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiânia/GO – Brasil

renataramosprof@yahoo.com.br

Este estudo tem por objetivo realizar a análise da evolução dos indicadores institucionais das Universidades estaduais brasileiras (UEs) que estão relacionados às metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) para a educação superior, bem como, a evolução do seu financiamento no período de 2014 a 2020. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza como de natureza documental e bibliográfica, os dados apreciados para analisar a expansão e as características institucionais das UEs são provenientes do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), disponíveis no Censo da Educação Superior e, em seus microdados, no que diz respeito ao financiamento. Busca-se, por meio da análise, apreender quais são as contradições e desafios para expansão do conjunto dessas Instituições que compõem o rol das UEs decorridos seis anos de vigência desse Plano.

Tendo em vista os objetivos aqui anunciados é preciso considerar que a Constituição Federal de 1988 (CF de 1988) trouxe consigo importantes definições quanto aos princípios e finalidades da educação no país, em especial, ao expressar que a educação é "direito de todos e dever do Estado e da família" (BRASIL, 1988, art. 205). Além disso, ela normatiza os princípios da organização da educação brasileira e estabelece atribuições que competem aos entes federados definindo que essa organização será em regime de colaboração e que,

> § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, **função redistributiva e supletiva**, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino **mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios**;
> § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
> § 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
> § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.
> § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular (BRASIL, 1988, art. 211).

Assim sendo, deduz-se que os governos municipais, estaduais e o distrital devem ofertar com prioridade a educação básica, ficando à União a responsabilidade pela função redistributiva e supletiva a fim de possibilitar a equalização das oportunidades educacionais entre os demais entes federados por meio de assistência técnica e financeira. Quanto ao financiamento para a educação, há definições previstas no artigo 212 que preveem

percentuais mínimos da arrecadação de impostos a serem destinados, ou seja, “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos.” (Brasil, 1988). No que se refere à educação superior é preciso considerar ainda que a CF de 1988 não define a competência acerca dessa oferta pública, uma vez que não está expresso na legislação educacional do país a definição de qual ente federado será o responsável, mesmo que de forma prioritária, pela sua oferta pública.

Considerando o regime de competências e as deliberações destinadas aos estados da federação no artigo 10 da LDB/1996, há de se observar que embora a atribuição específica desses entes sejam a de garantir a oferta da educação básica, em especial o ensino médio, os estados podem ofertar educação superior pública estadual. Essa circunstância faculta a esses entes federados ofertarem educação superior pública, ficando-lhes o dever de resguardar o seu financiamento e as tratativas relacionadas aos tramites de autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação das IES que lhes são subordinadas, com exceção da oferta de cursos de educação a distância.

Em relação ao conjunto das UEs no Brasil, Carvalho (2013, 2018), Fialho (2012, 2011, 2005), Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), discorrem sobre a importância das UEs na oferta de educação superior pública no país, de modo particular, tratando da relevância dessas instituições quanto a sua oferta em regiões interioranas, as suas características institucionais e ainda contemplando o seu financiamento. Essas autoras também trataram dos desafios para que as UEs possam promover suas atividades acadêmicas e da grande heterogeneidade institucional existente no conjunto dessas instituições.

No ano de 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, existiam 38 UEs no país e elas foram responsáveis por 31,4% das matrículas públicas no país e por 32,5% das matrículas em universidades públicas no Brasil. Por sua vez, no ano de 2020, a quantidade de UEs passou para 39 e elas ofertaram 31,9% das matrículas públicas no país e 33,7 % das matrículas em universidade públicas. Embora nesse período haja uma estabilidade na manutenção dos percentuais de oferta das UEs, a análise pormenorizada dos dados mostra que essas instituições praticamente não tiveram expansão de suas matrículas. Nesse período, foram criadas apenas 7.780 novas matrículas em todas as UEs do país. Além dessa constatação, a apreciação detalhada dos dados mostra ainda que muitas estaduais reduziram sua oferta de matrículas, reduziram o quantitativo de docentes e não tiveram evolução na sua atuação na pós-graduação *stricto sensu*, conforme será exposto, caso o trabalho seja aprovado para exposição.

Nessa direção, este estudo também contempla a análise dos indicadores institucionais e acadêmicos das UEs à luz das metas 12, 13 e 14 do PNE (2014-2024). Essas metas contemplam diretamente a educação superior e tratam da expansão de matrículas na educação superior do país, em especial, às matrículas públicas (meta 12), a elevação da qualidade da formação dos docentes que atuam na educação superior do país (meta 13) e ampliação do quantitativo de novos mestres e doutores titulados no Brasil (meta 14). (BRASIL, 2014). Os dados analisados mostram que as UEs pouco contribuíram com o país quando observamos a evolução dos seus indicadores relacionados a essas metas no período de 2014 a 2020.

Outro aspecto analisado trata-se da evolução do financiamento dessas instituições entre 2014 a 2019[1] tendo como subsídio os microdados do Censo da Educação Superior sobre as despesas das UEs. O tratamento desse banco de dados permitiu que este estudo apurasse o valor total das despesas realizadas pelas UEs brasileiras, que serão apresentadas e analisadas, por estado da federação. Essa apreciação mostra que não aconteceu incremento de novos recursos a fim de contribuir coma expansão dessas instituições para contribuírem com o alcance das metas do PNE (2014-2024) para a educação superior.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n.º 9.394, de 26 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, Brasília, DF, 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística do Censo da Educação Superior (2014 a 2020)**. Brasília, DF: MEC.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo da Educação Superior (2014 a 2019).** Brasília, DF: Inep.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios. 2013. 202 f**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

_____. O PNE e as universidades estaduais: características institucionais, expansão e financiamento. 387f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SAMPAIO, Helena; BALBACHEVSKY, Elizabeth; PEÑALOZA, Verónica. **Universidades estaduais no Brasil: características institucionais.** São Paulo: NUPES/USP, 1998. (Documento de Trabalho n.º 4)

[1] Os microdados de 2020 do Inep não trazem as informações do financiamento das Instituições de Educação Superior.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Disputa pelo Fundo Público: dívida pública e o financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia e no Brasil (2013-2021)

Luiz Fernando Reis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel/PR – Brasil

reisluizfernando@gmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar os recursos destinados pelo governo federal ao pagamento da dívida pública, às Universidades Federais, à Ciência e Tecnologia e aos órgãos de apoio e fomento à pesquisa (Capes e CNPq).

A destinação de parcela significativa do fundo público federal para o pagamento da dívida pública, além de garantir a valorização do capital rentista, representa importante obstáculo à ampliação dos recursos destinados ao financiamento das políticas sociais, da educação e da ciência e tecnologia no Brasil.

As transformações no capitalismo contemporâneo, a partir da crise de acumulação do capital no final dos anos de 1960, resultaram em um novo padrão de acumulação mundial centrado no poder das instituições financeiras. Para Chesnais (2005, p. 37), o processo de acumulação financeira caracteriza-se pela "centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços".

O processo de acumulação financeira se nutre do processo produtivo, dada a impossibilidade de o "dinheiro fazer dinheiro" sem, em última instância, a exploração da força de trabalho na esfera produtiva. Tal padrão de acumulação, além de modificar a relação entre capital produtivo e capital rentista, exigiu que os Estados nacionais passassem a cumprir um novo papel e estabelecessem novas prioridades em relação à destinação dos recursos do fundo público, que é composto, em grande medida, por tributos. A origem dos tributos é a riqueza criada na produção, pelo trabalho vivo. Através do sistema tributário drena-se uma parte da riqueza, criada na esfera produtiva, para o Estado que repassa uma parcela de tal riqueza para determinadas frações do capital.

A dívida pública, por meio da transferência de recursos públicos para o capital rentista, converteu-se num dos mecanismos por meio dos quais os Estados nacionais, especialmente nos países periféricos, procuram contribuir para a superação da crise de acumulação do capital, que se manifestou no final dos anos 1960 e voltou a recrudescer nos anos de 2007/2008 nos países capitalistas centrais e a partir de 2014 no Brasil.

Em decorrência da crise estrutural do sistema do capital, parte significativa do fundo público tem sido utilizada para garantir a acumulação do capital, sobretudo para viabilizar a

rentabilidade do capital rentista, o chamado capital fictício de acordo com Marx (2017). A sangria de recursos do Estado para os detentores dos títulos da dívida pública persiste, desde os anos de 1990, como um dos esteios do padrão de acumulação de capital no Brasil, inclusive no período dos governos Lula e Dilma.

No governo de Fernando Henrique (1995-2002), foram adotadas medidas com vistas a uma inserção do país no capitalismo financeirizado. De acordo com Freitas e Prates (2001), esse processo teve dois eixos centrais: a flexibilização da entrada de investidores estrangeiros e a adequação do marco regulatório doméstico ao novo modelo de financiamento internacional ancorado na emissão de *securities* (títulos de renda fixa e ações). A partir de então, de acordo com Paulani (2008, p. 102-103), o Brasil transformou-se em "plataforma internacional de valorização financeira", um mercado no qual se tornaram possíveis "substantivos ganhos reais em moeda forte, em detrimento de nossa capacidade de aumentar o estoque de riqueza, de crescer e de conter o aumento da miséria e da barbárie social". Os governos Lula e Dilma, apesar de adotarem uma política que procurava conciliar os interesses do capital e trabalho, não romperam com o processo de financeirização da economia. Paulani (2008, p. 143), ao analisar o primeiro governo Lula, concluiu que o modelo econômico adotado tinha como objetivo "fazer o país desempenhar, na configuração armada pela nova divisão internacional do trabalho, o papel [...] de plataforma de valorização financeira internacional." O governo Dilma deu sequência ao modelo adotado pelo governo Lula.

Com o recrudescimento da crise do capital, desde 2014 (governo Dilma), o subfinanciamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia tem se aprofundado. A partir de 2016, com o afastamento ilegal da presidente Dilma tem sido colocado em prática, de acordo com Cislaghi (2020), um ultraneoliberalismo em substituição ao "neoliberalismo 'progressista' ou de cooptação" vigente no período de 2003-2016. Na esteira do ultraneoliberalismo, nos governos Temer e Bolsonaro, foram adotadas medidas que aprofundam a política de austeridade fiscal e resultam na restrição dos recursos destinados à educação e à ciência e tecnologia.

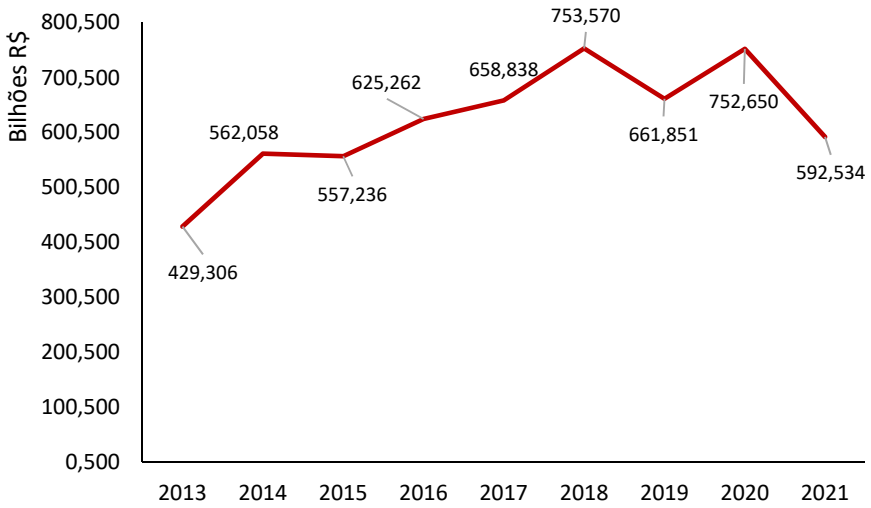
Metodologia

Na análise do orçamento executado pela União, consideramos as despesas liquidadas. As informações relativas aos anos de 2013 a 2021 foram coletadas nos demonstrativos da execução orçamentária da União, disponibilizados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia (BRASIL/SIOP, 2022). Os valores de todos os anos estão ajustados monetariamente para janeiro de 2022 (IPCA/IBGE).

Destinação efetiva dos recursos da União para o capital rentista, para as universidades federais e para a ciência e tecnologia (2013-2021)

No período de 2013 a 2021, foram destinados, em média, 41,62% do orçamento da União para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública (incluído o refinanciamento), 18,07% do orçamento para as despesas com juros, encargos e amortização (excluído o refinanciamento). Nesse período, as despesas com a dívida pública (excluído o refinanciamento) apresentaram um crescimento de 38,02%: de R$ 429,306 bilhões em 2013 para R$ 592,534 bilhões em 2021.

Gráfico 1 – Recursos da União destinados à dívida pública: juros, encargos e amortização (excluído o refinanciamento)

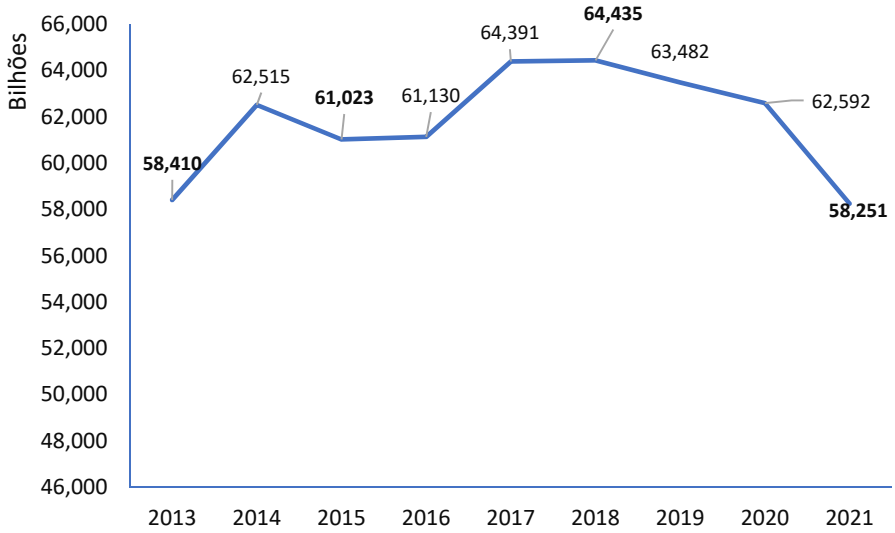


Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

Se considerarmos o período de 2013 a 2018, as despesas com juros, encargos e amortização (excluído o refinanciamento) apresentaram um crescimento de 75,53% e no período de 2018 a 2021 tais despesas apresentaram uma queda de 21,37%. Porém, a redução das despesas com juros, encargos e amortização foi compensada pelo crescimento da emissão de títulos da dívida, do refinanciamento de parte das despesas com a amortização. No período de 2018 a 2021, o refinanciamento da dívida apresentou um crescimento de 168,12%.

No caso do total de recursos destinados às universidades federais, ocorreu uma queda de 0,27%: de R$ 58,410 bilhões em 2013 para R$ 58,251 bilhões em 2021. No período de 2013 a 2015 (governo Dilma) o orçamento global das universidades apresentou um crescimento de 4,47%. No período de 2015 a 2018 o crescimento foi de 5,59% e de 2018 a 2021 ocorreu uma queda de 9,60% (Gráfico 2).

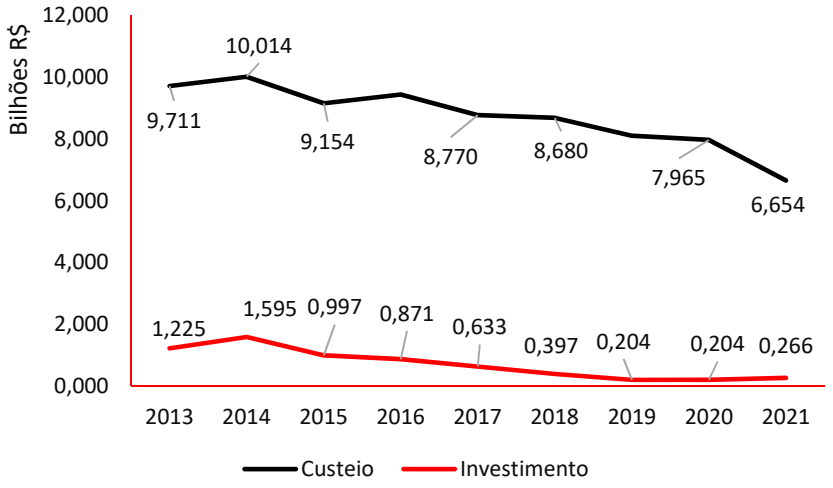
Gráfico 2 – Recursos da União destinados às universidades federais (Orçamento Global)



Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

A partir de 2015, os recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes) e aos investimentos nas universidades federais foram drasticamente reduzidos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Recursos da União destinados às universidades federais: Outras Despesas Correntes (custeio) e Investimentos

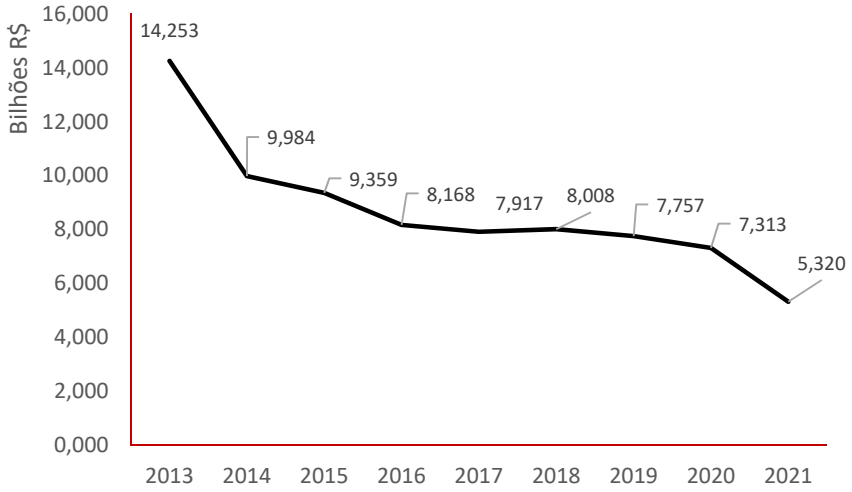


Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

Em 2013, as universidades receberam para o custeio de suas atividades R$ 9,711 bilhões e, em 2021, receberam R$ 6,654 bilhões, uma redução de 31,48%. Quanto aos recursos para investimentos, a restrição financeira foi de 78,29%: de R$ 1,255 bilhão em 2013 para R$ 266,208 milhões em 2021. Os números apresentados no Gráfico 3 revelam que as universidades federais têm enfrentado sérias dificuldades para garantir o desenvolvimento regular de suas atividades.

No caso das despesas da União com a função Ciência e Tecnologia (Gráfico 4), de 2013 a 2021, ocorreu drástica redução dos recursos destinados pelo governo federal: de R$ 14,253 bilhões em 2013 para R$ 5,320 bilhões em 2021, um decréscimo de 62,67%. No governo Dilma (2013-2015) as despesas com Ciência e Tecnologia apresentaram uma queda de 34,34% e de 2015 a 2021 uma redução de 43,16%.

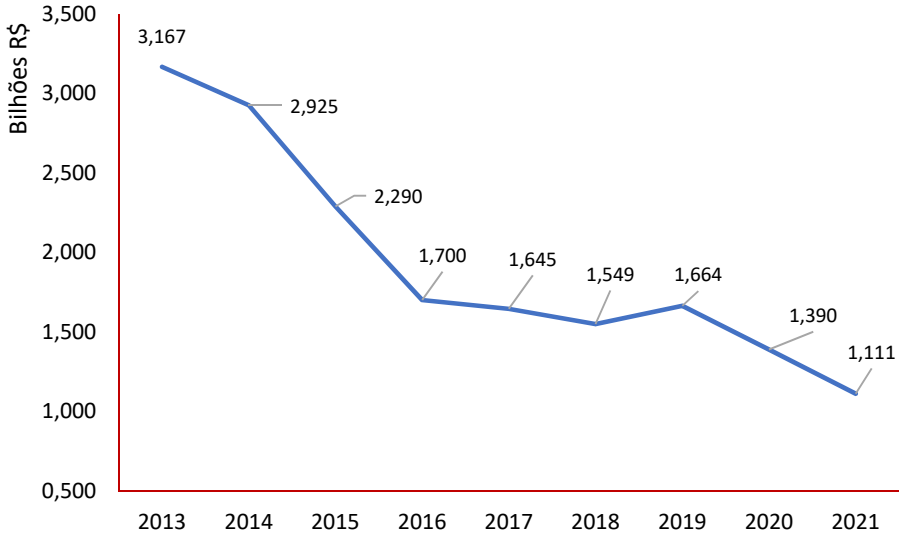
Gráfico 4 – Recursos da União destinados à função Ciência e Tecnologia



Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

Quanto ao CNPq (Gráfico 5), de 2013 a 2021, observamos que os recursos destinados ao órgão apresentaram uma queda, praticamente, constante ao longo do período. Em 2013, o CNPq recebeu R$ 3,167 bilhões e R$ 1,111 bilhão em 2021, uma redução de 64,92%.

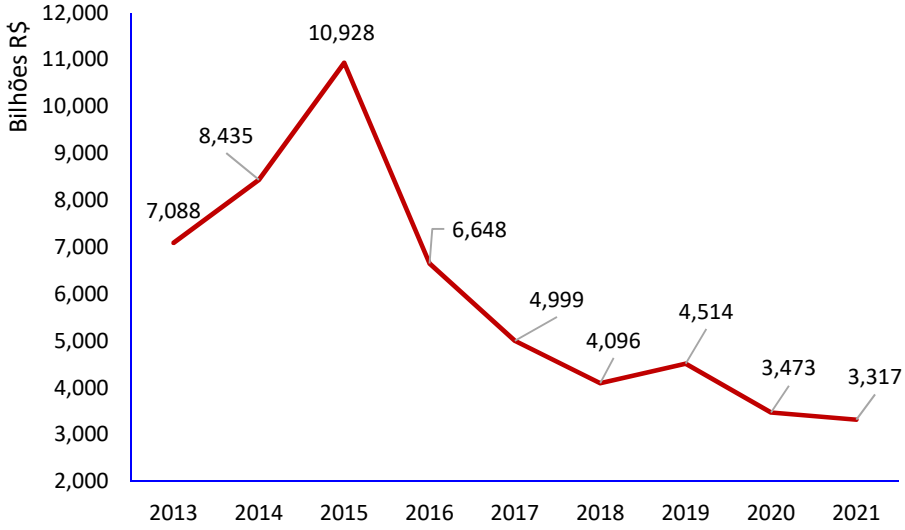
Gráfico 5 – Recursos da União destinados ao CNPq



Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

Quanto à Capes (Gráfico 6), no período de 2013 a 2021, a restrição do financiamento foi de 53,20%: de R$ 7,088 bilhões em 2013 para R$ 3,317 bilhões em 2021. No período de 2013 a 2015, os recursos destinados à Capes apresentaram um crescimento de 54,18% e no período de 2015 a 2021 uma queda de 69,65%.

Gráfico 6 – Recursos da União destinados à Capes



Fonte: BRASIL/SIOP (2022).

Considerações Finais

No período de 2013 a 2021 a sangria de recursos do fundo público para os rentistas persistiu como um dos esteios do padrão de acumulação de capital no Brasil. O total de

recursos destinados cumulativamente, no período de 2013 a 2021, somente ao pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública (R$ 5,593 trilhões), representou 4,4 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R$ 1,279 trilhão), 5,2 vezes mais que os recursos recebidos pela área de educação (1,073 trilhão) e 71,6 vezes mais que os recursos investidos em ciência e tecnologia (R$ 78,078 bilhões). Em 2020 e 2021, o governo federal destinou R$ 755,770 bilhões para diversas ações de combate à pandemia da Covid-19, pouco mais da metade (56,19%) dos recursos destinados às despesas com da dívida pública (1,345 trilhão).

A crise de subfinanciamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia no Brasil aprofunda a dependência científica do país em relação aos países capitalistas centrais. O enfrentamento consequente de tal crise exige a ampliação da pauta de reivindicações, dos movimentos da comunidade científica, para além dos muros das universidades e do calendário eleitoral. É necessário construir um amplo movimento social que altere a atual correlação de forças e que permita impor ao governo a revogação da EC nº 95/2016, a Auditoria da Dívida Pública e uma reforma tributária progressiva que amplie o fundo público, desonere os pobres e sobretaxe os super ricos com a aprovação, dentre outras medidas, do Imposto sobre Grandes Fortunas. É necessário, acima de tudo, construir outro projeto de desenvolvimento nacional, que contemple os interesses imediatos e históricos daqueles que vivem de seu próprio trabalho.

Referências

BRASIL/SIOP. **Painel do Orçamento Federal**. Consulta Livre. 2013-2021. Disponível em: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm. Acesso em 20 abr. 2022.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração e consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISLAGHI, J. F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. **Esquerda Online**, 8 un. 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/. Acesso em 17 jan. 2022.

FREITAS; M. C. P.; PRATES, D. M. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 81-111, dez. 2001. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=530&tp=a. Acesso em: 10 jan. 2015.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In:_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 785-833

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Entre a permanência estudantil e a sobrevivência institucional: um estudo de caso do orçamento da Universidade Federal [omitido] (2014-2021)

Claudia Regina Baukat Silveira Moreira
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
claudiamoreira@ufpr.br

Cassia Alessandra Domiciano
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
cassiadomiciano75@gmail.com

Marcos Ferraz
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil
ferrazmarcos@uol.com.br

Resumo

Partindo da constatação de que a aprovação da EC n. 95/2016 tem causado sucessivos contingenciamentos e cortes dos orçamentos das Ifes, o presente trabalho busca identificar a repercussão de tal política sobre o orçamento da Universidade Federal [?], entre 2014 e 2021. Para tanto, o recurso foi a compilação dos dados do orçamento da União e dos dados do orçamento da Ifes, com atenção especial sobre aqueles referentes às ações de permanência estudantil. Conclui-se que o montante destinado à instituição apresenta um decréscimo desproporcional ao decréscimo verificado no comportamento da arrecadação e, em face disso, a Ifes tem priorizado a alocação de recursos discricionários na manutenção das ações que visam a permanência estudantil, em detrimento dos investimentos em capital, por exemplo. Por fim, pondera-se sobre os potenciais impactos da aprovação do Fundeb permanente e da manutenção das políticas de austeridade fiscal sobre o financiamento das Ifes.

Palavras-chave: **Educação Superior. Financiamento. Orçamento. Austeridade.**

Between student permanence and institutional survival: a case study of the Federal University [omitido] budget (2014-2021)

Abstract

Starting from the observation that the approval of constitutional amendment n. 95/2016 has caused successive contingencies and cuts in the federal institutions' budgets, this paper seeks to identify the repercussion of such policy on the budget of the Federal University [?], between 2014 and 2021. For this, the resource was the compilation of both data from Union budget and the institution's budget data, with special attention on those related to the actions of student permanence. It is concluded that the amount allocated to institution presents a decrease disproportionate to the decrease verified in the revenue behavior and, in view of this, the institution has prioritized the allocation of discretionary resources in the maintenance of actions aimed at student permanence, to the detriment of investments in capital, for example. Finally, we ponder on the potential impacts of the approval of the permanent Fundeb and maintenance of fiscal austerity policies on funding of federal institutions.

Keywords: **Higher Education. Funding. Budget. Austerity.**

Entre la permanencia de los estudiantes y la supervivencia institucional: un estudio de caso del presupuesto de la Universidad Federal [omitido] (2014-2021)

Resumen

Partiendo de la constatación de que la aprobación de la enmienda constitucional n. 95/2016 ha provocado sucesivas contingencias y recortes en los presupuestos de las instituciones federales, este trabajo pretende identificar la repercusión de dicha política en el presupuesto de la Universidad Federal [...], entre 2014 y 2021. Para ello, el recurso fue la recopilación tanto de los datos del presupuesto de la Unión, como de los datos presupuestarios de la institución, con especial atención a los relacionados con las acciones de permanencia de los estudiantes. Se concluye que el monto asignado a la institución presenta una disminución desproporcionada con respecto a la disminución verificada en el comportamiento de los ingresos y, ante esto, la institución ha priorizado la asignación de recursos discrecionales en el mantenimiento de acciones dirigidas a la permanencia de los estudiantes, en detrimento de las inversiones en capital, por ejemplo. Por último, reflexionamos sobre los posibles impactos de la aprobación del Fundeb permanente y el mantenimiento de las políticas de austeridad fiscal en la financiación de las instituciones federales.

Palabras-clave: **Educación Superior. Financiamiento. Presupuesto. Austeridad.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financeirização do Ensino Superior Privado-Mercantil e as Repercussões da Atuação de Grupos Estrangeiros e da OMC no Brasil

Samantha Castro Vieira de Souza

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

samantha-souza@hotmail.com

Vera Lúcia Jacob Chaves

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

veraluciajacob@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as repercussões da atuação de grupos educacionais estrangeiros no contexto da financeirização e da abertura comercial transnacional dos serviços educacionais no Brasil. O procedimento metodológico tem como base a pesquisa documental realizada com base no documento da Organização Mundial do Comércio, além de informações nos sites das empresas educacionais nacionais e estrangeiras. Nas considerações finais, apontamos as repercussões da financeirização na oferta do ensino superior com a abertura comercial da educação para o capital nacional e estrangeiro e sua desnacionalização.

Palavras-chave: **Financeirização do Ensino Superior Privado-Mercantil. Grupos Estrangeiros. Organização Mundial do Comércio. Oligopólio. Desnacionalização.**

Financialization of Private-Mercantil and Higher Education and the Repercussions of the Performance of Foreign Groups and the OMC in Brazil

Abstract

This work aims to analyze the repercussions of the performance of foreign educational groups in the context of financialization and the transnational commercial opening of educational services in Brazil. The methodological procedure is based on documentary research carried out based on the World Trade Organization document, as well as information on the websites of national and foreign educational companies. In the final considerations, we point out the repercussions of financialization in the offer of higher education with the commercial opening of education to national and foreign capital and its denationalization.

Keywords: **Financialization of Private-Commercial Higher Education. Foreign Groups. World Trade Organization. Oligopoly. Denationalization.**

La Financiación de la Educación Superior del Mercado Privado y Las Repercusiones del Desempeño de los Grupos Extranjeros y la OMC en Brasil

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar las repercusiones de la actuación de grupos educativos extranjeros en el contexto de la financiarización y la apertura comercial

transnacional de los servicios educativos en Brasil. El procedimiento metodológico se basa en la investigación documental realizada con base en el documento de la Organización Mundial del Comercio, así como en la información de los sitios web de las empresas educativas nacionales y extranjeras. En las consideraciones finales, señalamos las repercusiones de la financiarización en la oferta de educación superior con la apertura comercial de la educación al capital nacional y extranjero y su desnacionalización.

Palabras-clave: **Financiarización de la Educación Superior Privada-Comercial. Grupos Extranjeros. Organización de Comercio Mundial. Oligopolio. Desnacionalización.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financeirização do Ensino Superior Privado Brasileiro e suas Repercussões na Força de Trabalho Docente em uma IES/Grupo Ser Educacional

Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

reinaldoa@ufpa.br

Fabiola Bouth Grello Kato

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

fabiola_kato@hotmail.com

Resumo

Este artigo discorre sobre as condições do trabalho docente em uma IES pertencente ao Grupo Ser Educacional. Os resultados expostos são iniciais, oriundos de investigação conduzida no Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação Superior da Universidade Federal do Pará (GEPES/UFPA). Versamos sobre a temática, alicerçados em documentos e obras primárias; materiais jornalísticos; entrevistas com estudantes e docentes da IES; dentre outros documentos significativos. Identificamos indícios de que na IES a força de trabalho docente se mostra intensificada e explorada, principalmente, após sua venda ao Grupo Ser Educacional em 2014, quando se implantou a Governança Corporativa, gestão atrelada ao mercado de ações. Consideramos que a intensificação e exploração destes trabalhadores é meio necessário para que acionistas acumulem capital, e a ação em revelar a essência destas mediações orientou nossa tarefa nestes escritos.

Palavras-chave: **Trabalho Docente. Intensificação. Exploração. Financerização. Grupo Ser Educacional.**

Financialization of Brazilian Private Higher Education and its Repercussions on the Teaching Workforce at the IES/Ser Educational Group

Abstract

This article discusses the conditions of teaching work in an HEI belonging to the Ser Educacional Group. The exposed results are initial, arising from research conducted in the Study and Research Group on Higher Education at the Federal University of Pará (GEPES/UFPA). We deal with the theme, based on documents and primary works; journalistic materials; interviews with HEI students and faculty; among other significant documents. We identified evidence that the teaching workforce at the HEI is intensified and exploited, mainly after its sale to Grupo Ser Educacional in 2014, when Corporate Governance was implemented, a management linked to the stock market. We consider that the intensification and exploitation of these workers is a necessary means for shareholders to accumulate capital, and the action to reveal the essence of these mediations guided our task in these writings.

Keywords: **Teaching work. Intensification. Exploration. Financialization. Being Educational Group.**

La Financiación de la Educación Superior Privada Brasileña y sus Repercusiones en la Fuerza de Trabajo Docente de la IES/Grupo Educativo Ser

Resumen

Este artículo aborda las condiciones de trabajo docente en una IES perteneciente al Grupo Ser Educacional. Los resultados expuestos son iniciales, provenientes de investigaciones realizadas en el Grupo de Estudios e Investigaciones sobre Educación Superior de la Universidad Federal de Pará (GEPES/UFPA). Tratamos el tema, a partir de documentos y obras primarias; materiales periodísticos; entrevistas con estudiantes y profesores de HEI; entre otros importantes documentos. Identificamos evidencias de que la plantilla docente de la IES es intensificada y explotada, principalmente a partir de su venta al Grupo Ser Educacional en 2014, cuando se implementó el Gobierno Corporativo, gestión ligada a la bolsa de valores. Consideramos que la intensificación y explotación de estos trabajadores es un medio necesario para que los accionistas acumulen capital, y la acción para revelar la esencia de estas mediaciones guió nuestra tarea en estos escritos.

Palabras-clave: **Trabajo docente. Intensificación. Exploración. Financiarización. Ser Grupo Educativo.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento da Educação Superior Brasileira: um estudo de revisão integrativa de literatura

Rosana Nadja Silva Rego Regner

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Salvador/BA – Brasil

rosana.regner@hotmail.com

Resumo

Este artigo apresenta um estudo de revisão integrativa de literatura sobre o tema Financiamento do Ensino Superior (FES) no Brasil. O objetivo foi identificar o estado da arte da produção científica e acadêmica relativa ao financiamento da educação superior no Brasil, entre os anos 2005 a 2017. A metodologia partiu da aplicação dos descritores "financiamento" and "educação superior" or "financiamento" and "ensino superior" nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes, *Scientific Electronic Library* Online (Scielo), Biblioteca Brasileira de Educação (BBE) do Portal do Instituto Anísio Teixeira (Inep) e Repositório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A partir dos critérios de pertinência temática, selecionou-se para análise cinquenta e dois artigos e os resultados da análise demonstraram que: a) O número de publicações ainda é relativamente pequeno em função da relevância do tema; b) A maioria das publicações apresenta-se em veículos da área de educação; c) O resultado da análise dos artigos revelou uma concentração em duas categorias temáticas que ainda carecem de maiores discussões no âmbito acadêmico: *Políticas de financiamento da graduação e pós-graduação* e *Fontes e modelos de financiamento*.

Palavras-chave: **Financiamento do ensino superior brasileiro. Instituições públicas e privadas. Educação Superior. Produção científica.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Financiamento das Universidades Federais Paraenses no Contexto de Ajuste Fiscal: 2014-2021[1]

André Rodrigues Guimarães

Universidade Federal do Amapá (UFAP), Macapá/AP – Brasil

andre_unifap@yahoo.com.br

Adeildo Telles da Silva

Universidade Federal do Amapá (UFAP), Macapá/AP – Brasil

adeildotelles@gmail.com

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar as implicações da política de ajuste fiscal para o financiamento das 4 (quatro) universidades federais localizadas no estado do Pará, no período 2014-2021. Os dados foram extraídos da Execução Orçamentária da União, conforme Relatórios disponibilizados pela Câmara dos Deputados Federais, organizados por Grupo de Natureza de Despesa, com valores atualizados, janeiro de 2022, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Identifica-se que a política econômica em curso no Brasil, cujo marco central é a Emenda Constitucional N. 95/2016, tem como propósito central ampliar a destinação do orçamento público ao setor financeiro do capital, com a consequência redução dos recursos destinados às políticas sociais. No caso específico das universidades federais paraenses a política de ajuste fiscal implica em cortes drásticos em Investimentos e Outras Despesas Correntes, inviabiliza as condições adequadas para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, aprofundando o histórico processo de negação do direito à educação superior no estado e na região. Em suma, a reversão desse movimento implica no fortalecimento da contraposição ao modelo econômico vigente, com a luta pela ampliação da responsabilidade estatal na manutenção das políticas sociais, incluindo a educação superior pública.

Palavras-chave: **Financiamento. Universidades Federais. Estado do Pará. Ajuste Fiscal.**

Financing of Paraense Federal Universities in the Context of Fiscal Adjustment: 2014-2021

Abstract

The study aims to analyze the implications of the fiscal adjustment policy for the financing of the 4 (four) federal universities located in the state of Pará, in the period 2014-2021. The data were extracted from the Federal Budget Execution, according to Reports made available by the Federal Chamber of Deputies, organized by the Nature of Expense Group, with updated values, January 2022, by the Broad National Consumer Price Index. It is identified that the economic policy underway in Brazil, whose central framework is the Constitutional Amendment N. 95/2016, has as its central purpose to expand the allocation of the public budget to the financial sector of capital, with the consequence of reducing the resources allocated to policies social. In the specific case of the federal universities of Pará, the fiscal adjustment policy

[1] Estudo decorrente de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Chamada Universal 2016.

implies drastic cuts in Investments and Other Current Expenses, makes unfeasible the appropriate conditions for the development of teaching, research and extension activities, deepening the historical process of denial of the right to higher education in the state and region. In summary, the reversal of this movement implies the strengthening of the opposition to the current economic model, with the fight for the expansion of state responsibility in the maintenance of social policies, including public higher education.

Keywords: **Financing. Federal Universities. State of Pará. Tax Adjustment.**

Financiación de las Universidades Federales de Pará en el Contexto del Ajuste Fiscal: 2014-2021

Resumen

El estudio tiene como objetivo analizar las implicaciones de la política de ajuste fiscal para la financiación de las 4 (cuatro) universidades federales ubicadas en el estado brasileiro de Pará, en el período 2014-2021. Los datos se extrajeron de la Ejecución del Presupuesto Federal, según los informes puestos a disposición por la Cámara Federal de Diputados, organizada por el Grupo por naturaleza del gasto, con valores actualizados, enero de 2022, por el índice nacional de precios al consumidor amplio. Se identifica que la política económica en curso en Brasil, cuyo marco central es la Enmienda Constitucional No 95/2016, tiene como objetivo central ampliar la asignación del presupuesto público al sector financiero del capital, con la consecuencia de una reducción de los recursos asignados a las políticas sociales. En el caso específico de las universidades federales de Pará, la política de ajuste fiscal implica recortes drásticos en las inversiones y otros gastos corrientes, impide las condiciones adecuadas para el desarrollo de las actividades de enseñanza, investigación y extensión, profundizando el proceso histórico de negación del derecho a la educación superior en el estado y la región. En suma, la inversión de este movimiento implica el fortalecimiento de la oposición al modelo económico actual, con la lucha por la expansión de la responsabilidad del Estado en el mantenimiento de las políticas sociales, incluida la educación superior pública.

Palabras-clave: **Financiación. Universidades federales. Estado de Pará. Ajuste fiscal.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Completo

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Mapeamento das Instituições de Educação Superior Municipais: classificação e vinculação de recursos nas Leis Orgânicas

Cristina Helena Almeida de Carvalho
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
cristinahelenaa@yahoo.com.br

Ivete Maria Barbosa Madeira Campos
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
ivete.campos@gmail.com

Sueli Mamede Lobo Ferreira
Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF – Brasil
suelimamed@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo realizar o mapeamento das instituições de educação superior municipais (IMES) no Brasil, quanto à classificação e à vinculação de recursos. Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva, documental e bibliográfica. Os dados quantitativos foram obtidos do Censo da Educação Superior e foram selecionadas as IMES cadastradas na Plataforma e-MEC. Fez-se a sistematização do conteúdo das leis orgânicas municipais quanto à vinculação de impostos à MDE e, se havia previsão de financiamento específico à educação superior. O conjunto de IMES é pequeno e diverso, refletindo a diversidade econômica e a desigualdade social e espacial dos municípios brasileiros. Apurou-se a existência de vulnerabilidade na disponibilidade orçamentária e financeira de recursos públicos e que 66% destas, aderiram ao FIES, portanto, presume-se que se trata de instituições que cobram mensalidades, logo, parecem ter características semelhantes ao perfil institucional das IES privadas.

Palavras-chave: **Instituições de Educação Superior Municipais. Leis Orgânicas. Vinculação de recursos. FIES. Pagamento de Mensalidades.**

Mapping of Municipal Higher Education Institutions: classification and linking of resources in Organic Laws

Abstract

The present work aims to carry out the mapping of municipal higher education institutions (IMES) in Brazil regarding the classification and linking of resources. This is an exploratory, descriptive, documentary and bibliographic research. Quantitative data were obtained from the Higher Education Census and IMES registered on the e-MEC Platform were selected. The content of municipal organic laws was systematized regarding the linking of taxes to the MDE and, if there was a specific funding forecast for higher education. The set of IMES is small and diverse, reflecting the economic diversity and social and spatial inequality of Brazilian municipalities. It was found the existence of vulnerability in the budgetary and financial availability of public resources and that 66% of these adhered to the FIES, therefore, it is assumed that these are institutions that charge monthly fees, therefore, they seem to have similar characteristics to the institutional profile of the IES private.

Keywords: **Municipal Higher Education Institutions. Organic Laws. Resource linking. FIES Payment of Monthly Fees.**

Mapeo de Instituciones de Educación Superior Municipal: clasificación y vinculación de recursos en Leyes Orgánicas

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo realizar el mapeo de las instituciones de educación superior municipales (IMES) en Brasil en cuanto a la clasificación y vinculación de los recursos. Se trata de una investigación exploratoria, descriptiva, documental y bibliográfica. Los datos cuantitativos se obtuvieron del Censo de Educación Superior y se seleccionaron los IMES registrados en la Plataforma e-MEC. Se sistematizó el contenido de las leyes orgánicas municipales en cuanto a la vinculación de los impuestos al MDE y, si había una previsión específica de financiamiento para la educación superior. El conjunto de IMES es pequeño y diverso, reflejando la diversidad económica y la desigualdad social y espacial de los municipios brasileños. Se encontró la existencia de vulnerabilidad en la disponibilidad presupuestaria y financiera de los recursos públicos y que el 66% de estos adhirieron al FIES, por lo que se asume que se trata de instituciones que cobran cuotas mensuales, por lo que parecen tener características similares a el perfil institucional de las IES privadas.

Palabras-clave: **Instituciones Municipales de Educación Superior. Leyes Orgánicas. Enlace de recursos. FIESTA Pago de Cuotas Mensuales.**

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

O *marketing* sobre o financiamento estudantil como estratégia de lucratividade numa IES privado-mercantil[1]

Maria Caroline Cavalcante dos Santos

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém/PA – Brasil

carollcavalcante98@gmail.com

Introdução

O financiamento estudantil é uma das formas utilizadas para o ingresso ou permanência do estudante no ensino superior, em especial, nas instituições de ensino superior (IES) privado-mercantil. Tais instituições beneficiam-se de programas de financiamento para fazer publicidade em seus *sites* como um dos principais meios para aumentar o número de matrículas e consequentemente a lucratividade para os seus acionistas.

Nas IES privado-mercantil, o *marketing* é empregado como ferramenta de persuasão e publicidade para captação de alunos, que tem como destaque principal os programas de financiamento público, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) que concede bolsas parciais e integrais, e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e os financiamentos próprios privados.

A Universidade Pitágoras Unopar se beneficia do *marketing* em torno do financiamento para atrair novos estudantes para o ensino superior por meio dos benefícios desses programas, sobretudo, para os seus cursos a distância. Cabe ressaltar que esta IES é uma marca pertencente do maior grupo educacional privado brasileiro, a Kroton/Cogna Educação que é listada na BM&FBovespa (B3), como empresa de capital aberto e com finalidade lucrativa. Dessa forma, temos como objetivo analisar o *marketing* empregado diante o financiamento estudantil da Unopar.

Metodologia

A metodologia utilizada parte de um levantamento documental acerca das Leis que materializam os programas ProUni e Fies, bem como os relatórios que foram extraídos do *site* oficial da IES privado-mercantil Universidade Pitágoras Unopar e de sua *holding* Kroton/Cogna Educação, relacionados aos tipos de financiamentos estudantis e empréstimos.

Resultados e Discussões

A Universidade Pitágoras Unopar, é marca pertencente da Kroton/Cogna Educação, privada e com fins lucrativos, detém cerca de 395.414 alunos matriculados nos cursos superiores do ano de 2020. (BRASIL, 2020). No Brasil a IES possui mais de 1.200 polos EaD.

[1] A temática faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Por ser controlada pela Kroton/Cogna, a Unopar se utiliza dos mesmos programas de financiamento do referido grupo.

Para Souza e Chaves (2021) os tipos de financiamentos estudantis são divididos em duas formas: reembolsáveis e não reembolsáveis. Dependendo do tipo de financiamento, os públicos são gerenciados pelos governos federal, estadual e municipal, mas se referindo a uma IES privado-mercantil, o financiamento estudantil pode ser próprio da instituição.

No caso da Universidade Pitágoras Unopar os financiamentos são: ProUni, Fies, e empréstimo com garantia, bem como já utilizou o Parcelamento Estudantil Privado próprio (PEP). Conforme Rei (2019) esses tipos de financiamentos, sobretudo, o Fies, se constitui uma política indutora da privatização, expansão e financeirização da educação superior no Brasil, que abriu caminho para novas formas de financiamento.

O ProUni foi instituído pela Medida Provisória de nº. 213/2004, convertida na Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, regulamentada, pelo Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005, é um programa do governo federal que se destina à extensão dos benefícios fiscais (BRASIL, 2005). O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) estabelecido pela nº Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, e altera a Lei nº 12.260, de 12 de julho de 2001, é destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores (BRASIL, 2010).

A Unopar se beneficia do ProUni por meio da isenção de tributos federais, acerca do Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS), nas receitas oriundas dos cursos da graduação presencial e a distância. (KROTON, 2012). Com relação ao Fies, a administração da Kroton divulgou que ao adquirir a Unopar[2], houve um aumento significativo de ingressantes por este tipo de financiamento, com a justificativa de que "[...] ainda existe uma forte demanda reprimida." (KROTON/COGNA, 2012, p. 21). Enquanto o Parcelamento Estudantil Privado (PEP), este foi criado em 2015 como uma alternativa de financiamento estudantil particular. (COGNA, 2020).

Reis (2019) elucida que a criação do PEP foi uma estratégia que o grupo Kroton encontrou devido a diminuição nos contratos do Fies desde 2015. Apesar desse tipo de financiamento ter sido cancelado no ano de 2020, foi um grande financiamento estudantil que concentrou matrículas de alunos no ensino superior privado[3]. Além disso, a Kroton e suas marcas/IES possuem outros tipos de financiamento estudantil, como a linha de crédito bancário (PraValer) e o crédito estudantil.

Dessa forma, a Kroton/Cogna e suas marcas de IES, em especial a Universidade Pitágoras Unopar buscam outras formas de persuadir a clientela, a exemplo da seguinte apelação: "[...] Para quem não tem condições financeiras de arcar com os valores dos cursos de graduação, o financiamento é uma excelente oportunidade." (UNOPAR, 2020, s.p). Além de incentivar o aluno a aderir o financiamento por meio de empréstimos, ou seja, uma dívida, utiliza-se de um *marketing* apelativo como uma vantagem que o aluno terá para pagar a sua formação de nível superior:

> O crédito estudantil é uma excelente alternativa para quem está com dificuldades financeiras e não pode pagar a mensalidade integral de um curso superior. Podemos dizer que se trata de um empréstimo: você garante os custos da faculdade e ganha tempo para pagar as parcelas — que também podem ser reduzidas. São vários os tipos de crédito estudantil e

[2] Aquisição da Unopar pela Kroton ocorreu dia 15 de dezembro de 2011, por 1,3 bilhão de reais (KROTON, 2012).

[3] Para mais detalhes, ver a dissertação de REIS (2019).

> empréstimos personalizados, em alguns deles é possível que você só comece a pagar depois de finalizar o seu curso. Essa é uma grande vantagem, pois permite que o estudante já ingresse em sua área e mercado de trabalho e conquiste uma posição que lhe possibilite quitar o empréstimo sem muitas dificuldades. (UNOPAR, 2022, n.p).

Ressalta-se que a IES privado-mercantil se utiliza também do *marketing* apelativo no segmento do "Empréstimo pessoal com garantia". O discurso deste tipo de financiamento/empréstimo está pautado nos menores juros, podendo ser observado na figura 1.

Figura 1 – Estratégia de *marketing* de tipos de financiamento por empréstimo

Fonte: Unopar (2020).

Nota-se que esse *marketing* parte de uma das estratégias de lucratividade da IES, cujo discurso envolve o cliente/aluno usar seu imóvel ou veículo como seguro do empréstimo. Constituindo-se como uma das formas de persuadir esse cliente a arriscar suas conquistas pessoais para conseguir quitar suas mensalidades e concluir um curso de nível superior. Além disso, a figura 1, ao mesmo tempo que realiza a propaganda do empréstimo, divulga as marcas da Kroton/Cogna que atuam no ensino superior, dentre elas, a Unopar.

Para Carvalho (2017) o *marketing* empregado pelas IES privado-mercantil inclui desde a imagem de artistas bem-sucedidos, que vão da adoção de estratégia agressivas direcionadas ao acesso imediato ao mercado de trabalho, bem como divulgação de promoções nos valores das mensalidades. O que está relacionado aos tipos de financiamento como ferramenta de captação de alunos/clientes.

Segundo a Unopar (2020), realizar o empréstimo da instituição por meio de "empenhar" um imóvel pessoal, é uma das formas de persuadir o aluno a arriscar suas conquistas pessoais, bem como divulga os "benefícios" acerca de empréstimos:

> Utilize o crédito para quitar dívidas, investir no seu futuro e muito mais; Os menores do mercado: nossas taxas começam a partir de 0,80% ao mês; Você tem até 20 anos para quitar o seu empréstimo com a gente; Empréstimos com valores de R$ 5 mil a R$ 3 milhões. (UNOPAR, 2022, n.p).

O *marketing* no mercado se constitui um tipo de ferramenta para atrair consumidores, o que para Harvey (2000) é uma forma assumida pelo processo de trabalho e na maneira como estão conectados a produção e o consumo em busca do sucesso, no qual buscam "[...] mobilizar a criatividade cultural e a inventividade estética não somente na produção [...] mas também em sua promoção, embalagem e transformação em algum tipo de espetáculo de sucesso [...]". (HARVEY, 2000, p. 312).

Conclusão

O *marketing* utilizado sobre os tipos de financiamento da Unopar contribuem com o aumento das matrículas e com a lucratividade dos acionistas e proprietários, assim como, favorecem a expansão, a financeirização e a mercantilização do ensino superior privado-mercantil no Brasil, consequentemente induz o desmonte do ensino superior público do país.

Como denomina Reis (2019) os financiamentos públicos (ProUni e Fies) foram bases principais que deram início a outros tipos de financiamento, como linhas bancárias, crédito estudantil, e empréstimo com garantia, que se materializaram como principal ferramenta de expansão e lucratividade do setor privado-mercantil, no qual a educação enquanto princípio democrático passa a ser um produto a venda.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos– PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12202.htm. Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis. Acesso em: 18 dez. 2021.

CARVALHO, C. H. A. Educação superior privada no Brasil: Concentração de mercado e financeirização em simbiose. In: CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. (Org.) **Políticas de financiamento da educação Superior num Contexto de Crise**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2017. Cap. 4. p. 99-118.

COGNA. **Relatório de sustentabilidade 2020**. Disponível em: https://www.esgcogna.com.br/relatorios/relatorios-de-sustentabilidade/. Acesso em: 30 jun. 2022.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 9ª edição. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

KROTON EDUCACIONAL S/A. **Ata da assembleia geral extraordinária 2012.** Disponível em: http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/arquivos/Ata_AGE__incorpora%E7%E3o_28.09.2012.pdf Acesso em: 16 nov. 2020.

REIS, Tayanne F. A. T. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de Ensino Superior no Brasil**: o caso da Kroton Educacional. 2019. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Samantha C. V.; CHAVES, Vera L. J. Financiamento Estudantil Público e a Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil: o caso da Rede Wyden Educacional. **FINEDUCA**- Revista de Financiamento da Educação, v. 11, n. 22, 2021. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/111935/64895. Acesso em: 12 mai. 2022.

UNOPAR. **O financiamento e crédito estudantil. (2022).** Disponível em: https://blog.unopar.com.br/pep-unopar/. Acesso em: 30 jun. 2022.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Resumo Expandido

Eixo Temático: Políticas de Financiamento da Educação Superior

Um Novo Contexto da Mercantilização da Educação no Brasil

Maria Rosimary Soares dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG – Brasil

m.rosimary@gmail.com

Roberto Leher

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ – Brasil

leher.roberto@gmail.com

Introdução

O exame da produção acadêmica sobre o ensino superior no Brasil revela que as publicações conformam um campo profícuo de produções e de construção de uma importante matriz analítica para compreensão das contradições advindas do processo do capital e das políticas governamentais direcionadas para esse nível de ensino. Fruto de projetos realizados em duas universidades federais, a presente investigação examina as novas expressões da mercantilização da educação superior (JESSOP, 2018) no atual contexto da crise brasileira, colige processos de aquisições, mapeia a presença de fundos de investimentos nas privadas-mercantis, acompanha o comportamento das corporações na bolsa de valores, busca identificar os principais nichos de mercado presentes nas estratégias de negócios dos maiores grupos sob controle de fundos e a internacionalização das corporações.

Metodologia

As investigações têm como base empírica os relatórios das corporações apresentados a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Bolsa de Valores Mobiliários e Futuros (BM&FBovespa), atualmente denominada B3; Tribunal de Contas da União e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); matérias em jornais e sítios especializados; microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); registros de sindicatos e movimentos de educadores; assim como pesquisas sobre os fundos e o comportamento das ações na bolsa de valores. Também considera o exame de leis e normas estatais, aquisições de sistemas e plataformas de ensino pela educação básica.

Resultados e discussão

A mercantilização da educação em curso no Brasil não pode deixar de ser compreendida no âmbito do capitalismo sob dominância financeira que reorienta, de modo radical, a dinâmica de organização e funcionamento das instituições de ensino superior privadas-mercantis. Em pouco mais de uma década, a maioria das instituições privadas deixaram de ser empresas familiares e foram convertidas em grandes grupos econômicos, especialmente *holdings*, controlados por fundos de investimentos e, muitas delas, com ações negociadas na bolsa de valores. As pesquisas realizadas confirmam que a movimentação do capital portador de juros e do capital fictício têm avançado a passos largos nos negócios de

fornecimento de sistemas de ensino e de plataformas de trabalho não apenas em suas congêneres privadas, mas, também, nas instituições educacionais públicas, tanto no nível de ensino superior, como na educação básica. Ao examinar as medidas econômicas e políticas colocadas em prática com a ascensão ao poder de forças reacionárias e extremamente neoliberais que encabeçam uma guerra cultural contra a ciência e os aparatos de inteligência do Estado, assim como contra os institutos de pesquisas e as universidades, a presente investigação desenvolveu um quadro de referência que permite postular que o desmonte da educação superior pública, dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários foi potencializado pelo golpe de 2016 que possibilitou a aprovação da Emenda Constitucional – EC 95/2016, em dezembro de 2016.

De fato, é empiricamente demonstrável a forte queda orçamentária das universidades federais, de toda área de ciência e tecnologia e mesmo da educação básica pública, o mesmo acontecendo com as áreas da saúde, meio ambiente, agricultura familiar, reforma agrária, entre outras. Concomitantemente, é possível aferir o acentuado aumento dos lucros dos operadores financeiros, ajustando o padrão de acumulação vigente no país ao contexto de crise estrutural e ao lugar do país na economia mundial (LEHER; SANTOS, 2020). O estrangulamento orçamentário das instituições públicas é funcional à expansão mercantil que logra um imenso mercado para seus negócios: o último censo da educação superior registra que apenas 11% das novas matrículas são públicas.

As pesquisas realizadas permitiram identificar que no final da primeira década do Século ocorreu um acentuado movimento de entrada de empresas estrangeiras no setor empresarial que explora a oferta da educação superior no Brasil. As operações de venda parcial de instituições nacionais ao capital estrangeiro vêm promovendo materialidade à desnacionalização desse nível de ensino. Laureate, Whitney International University System e DeVry foram as primeiras a adquirir participações em instituições educacionais no país (CHAVES, 2010). Mais recentemente, o movimento é de controle estrangeiro por meio da participação dos investidores nos fundos de investimentos. A investigação pode constatar, ainda, a ausência de regulação do Estado frente à desnacionalização das empresas educacionais e ao controle delas por fundos de investimentos.

As estratégias das corporações no período de ouro do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES (2010-2016) propiciaram a constituição de grandes conglomerados financeirizados, como Kroton/ Cogna; Estácio/ Yducs; SER; Ânima, todas estas de capital aberto, abrindo um “novo continente de extração de mais-valor”. (LEHER, 2015, p.32). A investigação buscou comprovar que o crescimento do setor privado mercantil e sua financeirização não resultaram da pujança do mercado educacional brasileiro e da “mão invisível do Estado”, visto que, sem a indução estatal por meio de isenções tributárias e de títulos do Tesouro, não teria acontecido a alavancagem estrutural dos negócios educacionais que conformaram esse quadro único de mercantilização da educação. De igual modo, a pesquisa está evidenciando que os maiores grupos educacionais, especialmente os de capital aberto e com a presença de fundos de investimentos, frente à crise do FIES, estão explorando novos nichos de mercado, especialmente os cursos de graduação a distância e a difusão de sistemas e plataformas de ensino (e trabalho) na educação básica que, atualmente, inicia um movimento semelhante ao ocorrido no ensino superior de concentração do capital por meio de aquisições e fusões de escolas privadas, a expansão da educação a distância e as

reestruturações visando manter/aumentar a rentabilidade das empresas educacionais. Os efeitos da crise do FIES nas empresas educacionais podem ser observados na queda acentuada do número de matrículas presenciais que eram auspiciadas pelo referido Fundo. Em decorrência, as empresas têm redefinido seus planos de expansão, priorizando: investimento no aumento de linhas de financiamento próprio (que encontra limites com a crise econômica e o aumento do desemprego); reestruturações na gestão das instituições mantidas; demissões em massa de docentes; ampliação da educação a distância (EaD); incremento das fusões e aquisições no ensino superior e na educação básica; diversificação de suas atividades, a exemplo, da mudança da Kroton Educacional para a Holding Cogna Educação.

O setor elevou a aposta na ampliação das matrículas na modalidade EaD, obviamente com o apoio governamental por meio de uma generosa legislação que, na prática, desregulamenta a oferta da modalidade. Nessa direção, a Portaria Ministerial 2117, de 6/12/2019 ampliou a carga horária de 20% para 40% de EaD nos cursos presenciais. Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2020) demonstram que em 2019, a EaD já respondia por 28,5% do total das matrículas no país, ou seja, mais de ¼ dos estudantes que estão na educação superior, cerca de 2,5 milhões de estudantes, estão matriculados nesta modalidade de ensino e em sua imensa maioria, no setor privado-mercantil (GOMES, 2021).

Outra tendência importante na estratégia para manter elevada a lucratividade do setor que está sendo analisada é o avanço dos grandes grupos empresariais e investidores nacionais e/ou estrangeiros na educação básica. As novas orientações dos investimentos das corporações almejam viabilizar novos ambientes de negócios e uma nova fronteira para a sua mercantilização e financeirização. Conforme analisa Costa (2020), o avanço para a educação básica de grandes grupos empresariais de capital aberto ocorre com a venda de materiais didáticos, formação de professores, venda de plataformas digitais, mas também, pela compra e/ou fusão de escolas particulares formando grandes conglomerados educacionais, assim como tem ocorrido na educação superior, com as movimentações da Cogna/Kroton, Estácio Participações S.A., Ânima e Ser Educacional, desde 2008. A viragem de grandes grupos financeirizados para a educação básica, na análise da autora, adquire uma extensão muito profunda, dada a capacidade desses grupos que “possuem experiência no mercado financeiro internacional, de imprimir uma cultura empresarial capaz de profissionalizar a mercadoria educação a um nível jamais pensado” (COSTA, 2020, p. 52).

Conclusão

Entre os resultados da pesquisa, sobressai a necessidade de, a partir do conhecimento sistemático das novas feições da mercantilização da educação, elaborar proposições que possibilitem a regulação estatal, objetivando a profunda desmercantilização da educação no Brasil.

Referências

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em junho de 2022.

COSTA, Hellen Balbinotti. **Financeirização da Educação Básica**: tendências no período 2010-2019. 2020. 70f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, Thayse Ancila de Melo. **Educação Superior na Bolsa de Valores**: trabalho docente e conflitos laborais. 2021. 220f. Tese. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2019**. Sinopse Estatística. Brasília (DF): MEC: INEP, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em 10 dez. 2020.

JESSOP, B. **On academic capitalism, Critical Policy Studies**, 12:1, 2018, 104-109. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/19460171.2017.1403342?needAccess=true. Acesso em junho de 2022.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Financiamento das universidades federais – determinantes econômicos e políticos. **Inter-Ação,** Goiânia, v. 45, n. 2 (2020). Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62189/35436. Acesso em junho de 2022.

LEHER. Roberto. Crise universitária, crise do capital. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, Ensaios Marxistas, n. 25, p. 27-35, 2015.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. SP: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular (coleção Emergências), 2019.

ISSN: 2595-136X

fineduca

Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação

Comitê Científico

X Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)

Anais do X Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – FINEDUCA - **"Neoliberalismo, Fundo Público e o Financiamento da Educação: como conter o desmonte do Estado Brasileiro?"**, realizado na sua parte presencial, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos dias 30 de novembro e 01 e 02 de dezembro de 2022.

Eixos Temáticos

1 - Políticas de financiamento da educação básica
2 - Políticas de financiamento da educação superior
3 - Planos de carreira e remuneração de professores
4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Comitê Científico

Coordenação Geral: Cacilda Cavalcanti e Theresa Adrião

Eixo 1 – Políticas de financiamento da educação básica
Coordenação: Gabriela Schneider

Eixo 2 – Políticas de financiamento da educação superior
Coordenação: André Rodrigues

Eixo 3 – Planos de Carreira e Remuneração de professores
Coordenação: Jarbas de Paula Machado

Eixo 4 – Relações público-privadas no financiamento da educação
Coordenação: Vera Peroni

Avaliadores

Eixo 1 - Políticas de financiamento da educação básica

Andrea Barbosa Gouveia
Calinca Jordânia Pergher
Fabrício Aarão Freire Carvalho
Joedson Brito dos Santos
José Marcelino Rezende Pinto
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita
Maria Luiza Rodrigues Flores

ISSN: 2595-136X

Nalú Farenzena
Rosa Maria Pinheiro Mosna
Simony Quirino

Eixo 2 - Políticas de financiamento da educação superior

Cristina Helena
Emerson Duarte Monte
Epitácio Macário
Fabíola Bouth Grello Kato
Iracema Oliveira Lima
Josué Vidal Pereira
Luiz Fernando Reis
Maria Rosimary Soares dos Santos
Nelson Amaral
Renata Ramos da Silva Carvalho
Roberta Santana de Araújo
Valeria Silva de Moraes Novais
Vera Lúcia Jacob Chaves

Eixo 3 - Planos de carreira e remuneração de professores

Dalva Valente Guimarães Gutierres
Magna França
Márcia Aparecida Jacomini
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Pelegrino Santos Verçosa
Rubens Barbosa de Camargo

Eixo 4 - Relações público-privadas no financiamento da educação

Coordenação: Vera Peroni
Cassia Domiciano
Daniela Pires
Henrique Dias G. de Narareth
José Quibao Neto
Raquel Borghi